

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 116.428 - MG (2019/0233042-7)**

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**RECORRENTE** : JULIANO MASCARELLO (PRESO)  
**ADVOGADO** : ROGÉRIO INÁCIO DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - MG077527  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por JULIANO MASCARELLO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que denegou a ordem no julgamento do HC n. 1.0000.19.070194-6/000, o qual foi assim ementado (e-STJ fls. 216/222):

*HABEAS CORPUS – ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA – REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA – REITERAÇÃO DO PEDIDO – RELAXAMENTO – EXCESSO DE PRAZO – INVIABILIDADE – CONHECER EM PARTE DO PEDIDO E, NA PARTE CONHECIDA, DENEGAR A ORDEM. I- Sendo o pedido de revogação da prisão preventiva ou sua substituição por medidas cautelares diversas, mera reiteração de outro anteriormente formulado em favor do paciente, a impetração não deve ser conhecida. II- Para a conclusão da instrução criminal, os prazos devem ser analisados de forma global e à luz do princípio da razoabilidade, de forma que, estando o feito tramitando regularmente na instância a quo, não há que se falar em excesso de prazo.*

Consta dos autos que o paciente foi denunciado, em concurso com outros 16 corréus, como incurso no art. 2º, §§ 2º e 4º, inciso IV, da Lei n. 12.850/2013.

Irresignada com a prisão cautelar e o excesso de prazo, a defesa impetrou prévio *mandamus*, cuja ordem, como antes relatada, foi denegada (e-STJ fls. 217/222).

No presente recurso (e-STJ fls. 229/239), a defesa sustenta haver constrangimento ilegal por excesso de prazo na prisão preventiva do recorrente, decretada em 14/12/2018. Afirma que a audiência de instrução estava designada para 6/9/2019 e não houve andamento do processo nesse interstício.

Informa que não há nos autos nenhum elemento concreto que demonstre sua participação nos fatos imputados nem sua relação com os demais denunciados, nada de ilícito foi apreendido sob o seu poder (em sua empresa ou residência), mesmo após o término das investigações.

Sustenta estarem ausentes das espécie os requisitos autorizadores da prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Pugna pela revogação da prisão preventiva do recorrente, com a imposição de medida cautelar diversa da prisão.

Contrarrazões às e-STJ fls. 240/241.

Não houve pedido liminar, e o Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento do recurso ordinário, em parecer assim ementado (e-STJ fls. 247/258):

*RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA. INOCORRÊNCIA. PACIENTE FORAGIDO. REGULARIDADE NA TRAMITAÇÃO DO PROCESSO. NÃO CARACTERIZAÇÃO DE DESÍDIA DO ESTADO. FEITO COMPLEXO, COM PLURALIDADE DE RÉUS. AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA DATA PRÓXIMA. CUSTÓDIA CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. GRAVIDADE DA CONDUTA E REITERAÇÃO DELITIVA. PARECER PELO CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO RECURSO.*

O julgamento foi convertido em diligência (e-STJ fls. 260/262) e as informações do Juízo processante vieram aos autos (e-STJ fls. 267/384).

É o relatório. **Decido.**

A defesa afirma haver constrangimento ilegal na prisão cautelar do recorrente, ao argumento de fundamentação inidônea e excesso de prazo na instrução processual.

O tópico vinculado à **fundamentação do decreto prisional não**

poderá ser **conhecido**, sob pena de indevida supressão de instância. Isso porque esta matéria não foi debatida pelo Tribunal local no acórdão recorrido (pois já havia sido analisada em outra impetração).

Presentes os demais pressupostos de admissibilidade, **conheço em parte** do recurso.

A questão jurídica se limita, portanto, a verificar a existência de excesso de prazo na instrução processual hábil a caracterizar constrangimento ilegal e permitir a revogação da prisão preventiva do recorrente.

A Constituição Federal, no art. 5º, inciso LXXVIII, prescreve: *a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação*. No entanto, essa garantia deve ser compatibilizada com outras de igual estatura constitucional, como o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório que, da mesma forma, precisam ser asseguradas às partes no curso do processo.

Sobre esse aspecto, é cediço que *O prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais (Precedentes do STF e do STJ) (RHC n. 62.783/ES, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 1º/9/2015, DJe 8/9/2015)*.

Trago à balha a síntese dos fatos contida nas informações prestadas pelo Juízo de primeiro grau, no qual se consignou que o paciente está foragido, postulou 2 pedidos de revogação da sua prisão preventiva, os quais foram indeferidos; interpôs 3 (três) *habeas corpus*, todos denegados. Registrou-se, ainda, que se trata de causa complexa, com 17 (dezessete) réus, patrocinados por advogados distintos e com necessidade de expedição de cartas precatórias. Confirmam-se alguns excertos (e-STJ fls. 268 e ss.):

[...]

*Após o oferecimento de denúncia e de representação do Ministério Público (fls. 02-D e 210/212 - CR), o paciente teve a prisão preventiva decretada de forma fundamentada em 14.12.2018 (fls. 213 /215v - Cr). **Todavia, o paciente se encontra na condição de foragido** (cópias, FAC e CAC, em anexo).*

*A denúncia foi também recebida em 14.12.2018 (fls. 213/215v - Cr). O paciente foi citado por edital (fls. 451-Cr), apresentou resposta à acusação (fls. 292/302 - Cr), e não havendo obstáculos legais houve o regular prosseguimento do feito com designação de AIJ para o dia 26.07.2019, às 13h30min, que posteriormente foi redesignada para 06.09.2019 (fls. 675 - Cr), tendo ocorrido a AIJ (fls. 823/824 - Cr). Atualmente, aguardamos o interrogatório do acusado Marlon (fls. 843 - Cr) (cópias em anexo).*

*[...]*

*Finalmente, quando ao alegado em sede de Habeas Corpus especificamente quanto ao excesso de prazo, **que sequer configurou pelo fato de estar foragido**, ressaltamos que se trata de processo complexo, que conta com 17 (dezesete) réu, com patronos distintos e com necessidade de expedição de cartas precatórias, o que demonstra ser um feito complexo, até mesmo pela imputação criminosa (Lei 12.850/2013) [...] (grifos originais)*

Trata-se da suposta prática do crime de formação de organização criminosa especializa na prática de roubos e, embora a **prisão preventiva** do recorrente tenha sido decretada em 14/12/2018, ele se encontra **foragido**.

*"Este Superior Tribunal de Justiça possui entendimento de que a condição de foragido do recorrente afasta a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo" (RHC n. 95.844/RS, relator Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 5/6/2018, DJe 13/6/2018). [...] (HC n. 462.233/PE, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, Sexta Turma, julgado em 28/3/2019, DJe 23/4/2019).*

Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, **o período em que o recorrente esteve foragido não pode ser considerado para fins de**

**configuração de excesso de prazo na instrução.**

O Tribunal de origem não reconheceu o excesso de prazo, entendendo que o feito ostentava tramitação regular dentro dos limites legais, tendo em vista a complexidade da causa e o fato de o recorrente se encontrar foragido (e-STJ fls. 216/222).

No caso, não se reputa haver excesso de prazo na instrução criminal hábil a permitir a revogação do decreto prisional. Primeiro porque o recorrente está foragido. Depois, se trata de ação penal complexa devido, dentre outros, à (i) gravidade concreta do delito (organização crimimosa estruturada para a prática de roubos); à (ii) pluralidade de réus (17), representados por patronos distintos; e (iv) com necessidade de expedição de cartas precatórias. Constatase, ainda, que (v) o processo não ficou paralisado e teve (vi) constante impulso judicial.

Para a caracterização do excesso de prazo, a demora excessiva deve estar vinculada à desídia do Poder Público, em decorrência, por exemplo, de eventual procedimento omissivo do magistrado ou da acusação, o que não se verifica na espécie, uma vez que a ação penal apresenta processamento dentro dos limites da razoabilidade.

A ação se desenvolve de forma regular, sem comprovação de desídia ou inércia do Magistrado singular.

Nesse sentido:

***AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. ESTUPRO. EXCESSO DE PRAZO. PACIENTE FORAGIDO. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.***

***1. É uníssona a jurisprudência desta Corte no sentido de que o constrangimento ilegal por excesso de prazo só pode ser reconhecido quando a demora for injustificável, impondo-se adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência de constrangimento ilegal.***

2. Não subsiste a alegação de excesso de prazo, apesar de a prisão perdurar desde 14/11/2017, pois, após oferecimento da denúncia, em 14/08/13, e recebimento em tempo, as tentativas de citação foram infrutíferas, suspendendo-se o curso do processo e decretada a prisão no dia 13/3/2017, de modo que, sobrevindo a captura em 14/11/2017 e expedida carta precatória em 12/1/2018 para citação, efetivada no dia 19/6/2018, a instrução está em desenvolvimento, com uma audiência realizada e outra designada.

3. Não constitui constrangimento ilegal o excesso de prazo na instrução provocado pela defesa (Súmula 64/STJ).

4. Agravo regimental improvido.

(AgRg no RHC 111.636/AL, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 11/06/2019, grifo nosso)

**HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DO RECURSO PRÓPRIO (NÃO CONHECIMENTO). ROUBO CIRCUNSTANCIADO, RECEPÇÃO E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA (HIPÓTESE). PRISÃO PREVENTIVA (PRETENDIDA REVOGAÇÃO). EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA (ALEGAÇÃO). PLURALIDADE DE RÉUS; EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS (COMPLEXIDADE DO FEITO). PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE (ADOÇÃO). CONSTRANGIMENTO ILEGAL (NÃO CONFIGURADO).**

[...] 2. Caso em que, de acordo com a inicial acusatória, o paciente e outros denunciados "agem de forma planejada, cada um com tarefa específica, visando o cometimento de crimes de roubo, além de porte de arma de fogo, receptação e uso de documentos falsos. Enquanto dois dos membros executam diretamente o roubo, utilizando uma motocicleta, outros dois ficam em um veículo para dar apoio às ações criminosas do grupo criminoso, sendo que o membro responsável pela abordagem direta, transportado na garupa da motocicleta, logo que se afasta do local do crime, entra no veículo de apoio, visando dificultar a localização e abordagem da motocicleta utilizada no crime".

3. O constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto.

4. Eventual retardo na tramitação do feito justifica-se pela

***pluralidade de réus e pela necessidade de expedição de cartas precatórias (Precedentes).***

5. Ausente a alegada desídia da autoridade judiciária na condução do feito, não cabe falar em constrangimento ilegal. Ao revés, constata-se que o Magistrado, a despeito das circunstâncias adversas, procura imprimir à ação penal andamento regular.

6. Habeas corpus não conhecido. (HC-310.593/CE, de minha relatoria, Quinta Turma, j. em 20/8/2015, DJe de 28/8/2015).

[...] 4. ***Para cogitar o excesso de prazo da prisão cautelar, a delonga excessiva deve ter sido originada de procedimento omissivo do magistrado, da acusação ou de atuação irregular do Poder Público, o que não se verifica na presente hipótese, em que a ação penal apresenta regular processamento dentro dos limites da razoabilidade.*** 5. Recurso ordinário desprovido. (RHC 63.914/CE, Rei. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 03/12/2015, DJe 10/12/2015, grifo nosso).

[...] 2. ***O excesso de prazo para o término da instrução criminal, segundo entendimento jurisprudencial deste Tribunal, deve ser aferido dentro dos limites da razoabilidade, considerando circunstâncias excepcionais que venham a retardar a instrução criminal e não se restringindo à simples soma aritmética de prazos processuais.***

3. Na hipótese, apesar de custodiado o paciente desde 10/06/2013, o retardo no processamento do feito criminal adveio da complexidade da causa, evidenciada pelo número de acusados (três) e de vítimas (quatro) envolvidos - o que acarretou a expedição e renovação de cartas precatórias para várias comarcas -, pela redistribuição do feito por deslocamento de competência, bem como pela necessidade de apreciação dos diversos pedidos formulados pela defesa dos réus (transferências prisionais e relaxamento de custódia), sem se divisar qualquer desídia do magistrado singular na condução da marcha processual.

4. Habeas corpus não conhecido. (HC-304.054/PE, Rel. Min. Gurgel de Faria, Quinta Turma, j. em 28/4/2015, DJe de 18/5/2015).

Por ser manifestamente improcedente e se conformar com a

# *Superior Tribunal de Justiça*

jurisprudência consolidada desta Corte Superior, o entendimento esposado na presente decisão atrai a incidência do art. 34, XVIII, "b", do Regimento Interno do STJ, *in verbis*:

*Art. 34 - São atribuições do relator:*

*XVIII - distribuídos os autos:*

*b) **negar provimento ao recurso** ou pedido que for contrário a tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral, a entendimento firmado em incidente de assunção de competência, a súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça ou, ainda, a jurisprudência dominante acerca do tema;*

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XVIII, "b" do RISTJ, **conheço em parte** do recurso ordinário em *habeas corpus* e, nesse extensão, **nego-lhe** provimento, por manifestamente improcedente.

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator